The relationships of affection in the institutionalization of children and adolescents

The voice of Portuguese professionals

As relações de afeto na institucionalização de crianças e jovens

A voz de profissionais portugueses

[1]Alice Lopes, [2]JuditeZamith-Cruz,
Instituto de educação, Centro de Estudos em Educação, Universidade do Minho
Braga
[1]lopes.alice@hotmail.com [2]juditezc@ie.uminho.pt

Abstract — **Impactful relationships affect the biopsychosocial development. Through qualitative research – a Case Study, and by technique of semi-structured interview, we intended to *give voice* to 15 professionals of three Homes for Children and Youth who daily care for children and young people, who have gone through significant change in the relationship and culture (Braga - Portugal). Unable to access the youth by institutional impediment. In certain situations, family ties no longer existed. From the first contact, technicians and educators have to be their *secure bases* in order to help them, the police, the Commission for Protection of Children and Youth (CPCY), at the Institute for Social Security, and the Homes. How can we create relationships of affection: bonds that last, after the departure of the institution. We also sought to know the implementation of measures related to children's rights, as regards the individuality and privacy, in consideration of infrastructure for leisure and study. These and other responses were categorized by the technique of content analysis [1] and meaning units were designed. Highlights included social cognitive processes (such as significant interactions), adjusting actions and educational changes of children and youth. With content analysis we observe responses in relation to bonds, *individuation* of minors in LIJ's, as well as regarding the institutional functioning, in terms of monitoring. The maintenance of *safe* bonds with minors is seen as a primary need, professional being observed as a reference person in the lives of young ones, and not stigmatized.**

Keywords - childrens, institutionalization, attachment.

Resumo — **As relações de afeto são impactantes no desenvolvimento biopsicossocial. Através de investigação qualitativa – um Estudo de Caso, por técnica de entrevista semiestruturada, pretendeu-se *dar voz* a 15 profissionais de três Lares de Infância e Juventude (LIJ's), que diariamente cuidam de crianças e jovens que passaram por mudança significativa na relação e na cultura (Braga - Portugal). Não foi possível aceder aos jovens por impedimento institucional. Em certas situações, os laços familiares já não existiam. Os técnicos e educadores têm que ser as suas *bases seguras*, de forma a ajudar os mais novos, desde o primeiro contacto, na polícia, na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no Instituto de Segurança Social e na residência. Perguntou-se como criar relacionamentos de afeto: laços que perduram, depois da saída de instituição. Procurámos também conhecer a implementação de medidas relacionadas com os direitos da criança, no que toca a individualidade e a privacidade, em atenção a infraestruturas de lazer e de estudo. Essas e outras respostas foram categorizadas com técnica de Análise de Conteúdo [1] e foram concebidas unidades de significado. Destacaram-se processos sociocognitivos (como interações significativas), ajustando ações e mudanças educacionais de crianças e jovens. Com a Análise de Conteúdo obtivemos respostas em relação a vínculos, *individuação* de menores em LIJ's, bem como no que respeita o funcionamento institucional, em termos de acompanhamento. A manutenção de vínculos *seguros* com os menores é vista como uma necessidade primária, sendo o profissional observado como uma pessoa de referência na vida de jovens únicos e não estigmatizados.**

Palavras-Chave – crianças, institucionalização, vinculação.

I. INTRODUÇÃO

Na aceção introduzida em 1969 por John Bowlby, compreende-se por "vínculo uma ligação emocional recíproca e duradoura entre o bebé e a figura paternal, em que cada um contribui para a qualidade da relação" [5]. Consequentemente, essa conceção original, «liga-se a um modelo representacional das figuras de vinculação como estando disponíveis para a interação e suscetíveis de proporcionar ajuda e bem-estar» [6]. Crianças e jovens em instituições, tal como em "meios naturais de vida", têm necessidades de proteção física, segurança e rica experiência partilhada, respeitando diferenças individuais e adequação ao desenvolvimento, fatores imprescindíveis numa relação de afeto. No tempo inicial da institucionalização, a rejeição por parte da criança do adulto é geralmente temporária, dito que «a criança acaba por procurar novas relações e (…) [aceita] figura estável e [que] consiga desempenhar a função de cuidador carinhoso e contentor» [6].

Quando a intervenção na família foi encetada por parte de membros da CPCJ, presume-se que atenda aos interesses e direitos da criança/jovem, dando-lhe privacidade, podendo ser entendida de intervenção "precoce" e "primária". A intervenção precoce é realizada logo que a situação de perigo é conhecida (por exemplo, dos seus professores) e a intervenção primária concretiza-se, quando há promoção dos direitos e proteção da criança/jovem. Em certas situações, essa ação é focada na responsabilidade parental, dito que sejam «identificados objetivos focalizados no desenvolvimento das competências parentais, para que os pais possam educar os filhos e cuidar deles». Essas finalidades podem ser concretizadas, «quer individualmente, quer em grupo, mediante atividades realizadas pela equipa técnica e educativa do lar» [4], para que a criança/jovem possa integrar novamente o seio familiar. Já na intervenção imediata e de urgência, a criança é retirada da situação de perigo e colocada numa instituição, mas essa decisão é tomada pelo Tribunal de Menores.

Importa referir a pertinência do acolhimento ser por um curto período de tempo, tanto mais benéfico para a criança/jovem, como para permitir a imediata intervenção em competências parentais e subsequente retorno a casa. Enquanto ocorrer o acolhimento, será implementado um "plano de intervenção educativa", sendo que no caso de certos adolescentes, um dos fatores para o afastamento da família seja o absentismo escolar. A criança/jovem deve ser esclarecida do motivo por que foi retirada dos pais por "educador de referência".

Na sua permanência na residência de acolhimento, os mais novos criam e sustentam relacionamentos com pares, coabitando nos espaços físicos e sociais, partilhando gostos, brinquedos e atenções. Acresce dizer que a pertinência do cuidar passa por uma "interpretação" das crianças/jovens não auscultadas, não limitada ao "educador de referência", um prestador de cuidados, mas também em relação à/s pessoa/s com funções na instituição e com um lugar cativo, um espaço próprio (gabinete de diretor/a, de psicólogo/a…), sendo que em certos Lares, os técnicos exercem funções reconhecidas de valor educativo por mero *poder de papel*. Entende-se que numa experiência em que a criança passa por uma desvinculação temporária ou permanente, esta tem capacidade de criar elos com outras pessoas e quando necessita de se separar novamente reagem de forma negativa [9]. Na proteção, acentua-se então "o interesse superior da criança" junto do cuidado individualizado, inclusivamente, atenuando os fatores de risco/perigo, as perturbações psicológicas presentes e/ou futuras, devidas a condição de custódia e/ou a risco na família, ajudando os adultos à construção da identidade. Esses fatores de equilíbrio ou moderadores incluem relações de afeto, confiança, respeito, o *dar voz* a criança nos seus sentimentos e necessidades, tendo-se em atenção os aspetos psicossociais lesivos que qualquer instituição acarreta para os menores que são retirados das famílias, exigindo suplementar formação dos profissionais, a maior vigilância ao que ocorre dentro das instituições. Novos fatores de risco são o isolamento da criança em relação a pares, comportamentos de perigo/risco, entre outras condições de mal-estar subjetivo. É primordial, então, o número de menores por residência, para a atenção exigente à sua individualidade. Nesse sentido, Gomes [4] defendeu que essas instituições devam acolher, no máximo, 12 crianças, o que não é alcançado nos Lares que visitámos, tendo estes o dobro e, num deles, o triplo de residentes. Por sua vez, o seu menor número, por LIJ, encaminharia essa estrutura no seu lado "familiar", usufruindo os pequenos de manifestas relações de afeto e sentimento de pertença superior, o que potencia o bem-estar subjetivo. Acentue-se que a conveniência do acolhimento deva ser aproximada a um breve período de tempo (menor de 4 anos), com benefícios tanto para a criança/jovem, como para uma provável intervenção nas competências parentais, em defesa do regresso a casa, o mais cedo possível.

Em Portugal, enquanto ocorre a adaptação no acolhimento, está superiormente estipulado que seja elaborado um "plano de intervenção educativa", porque certos adolescentes são afastados das famílias por absentismo e insucesso escolar. Justifica-se ainda que a criança/jovem seja esclarecida/o de motivos para ser retirada/o do contacto íntimo com os progenitores. Nessa base legal, o educador de referência passa a ser parte dum relacionamento de confiança/intimidade. Assim colocado, o menor de 18 anos, um ser individual, tem o direito à participação ativa, no seu processo de institucionalização, mediante informação, educação, formação e implicação no seu "projeto de vida".

II. OBJETIVOS

A intenção maior/objetivo foi conhecer realidades locais, culturas e procedimentos de residências de acolhimento prolongado, através dos profissionais que aí trabalham, em particular, como lidam com cada menor, como o ajudam a ultrapassar situações traumáticas físicas e/ou psíquicas.

Em relação ao vínculo, pergunta-se «como é tratada a temática *invisível*, por educadores e técnicos». A entrada de outros profissionais e investigadores nas residências, a ponto de terem contacto com os mais jovens, é restrita. Não foi permitido o encontro com menores. Como são criados, fortalecidos (e abandonados) os laços de anos, passados em comum? Nos LIJs, existe a pessoa de referência para a criança/jovem? Selecionada por profissionais ou escolhida espontaneamente pela criança/jovem, no seu quotidiano partilhado? Os relacionamentos de intimidade/confiança existem, depois da maioridade? Depois da saída da instituição? Nos Lares, há um direito consagrado à individualidade e à privacidade? Que acomodações? Que normas, regras e disciplina são estabelecidas?

III. METODOLOGIA

Referimo-nos adiante ao significado e à função na ação social de residências de acolhimento, uma forma micro de vida social, ou seja, um contexto ímpar, em que vive o grupo de participantes. Realizou-se, portanto, um Estudo de Caso [3].

O que torna o presente estudo qualitativo é a perspetiva fenomenológica que se adota. A lógica da investigação é que marca o que seja feito, em termos qualitativos e/ou

quantitativos. O que é um método? Um método é dizer «como se faz o que se faz». Os Estudos de Caso existem desde Freud (1856-1939), sendo o mais antigo e conhecido, na clínica psicológica, o conhecido «Case of Ellen West», realizado por Binswanger, em 1958. Não são controversos, na Psicologia Anglo-Americana, como a Fenomenologia alemã [8]. No presente Estudo de Caso, a perspetiva é a da Investigação Fenomenológica, que se distingue da Investigação Naturalista, ao colocar entre parêntesis o mundo das nossas ideias prévias, além de focar o valor da entrevista não diretiva ou semiestruturada. Também se afasta a Investigação Fenomenológica da Investigação Etnográfica, pela ênfase colocada no indivíduo e na sua experiência subjetiva (…) como o mundo aparece à sua consciência [8].

Por seu lado a análise das características da linguagem é comum à técnica empregue de Análise de Conteúdo (orientada pelos «conteúdos», codificados sistemas de categorias) e à AD (orientada no processo relacional e cognitivo), em que aquela técnica destaca a comunicação, enquanto a última é uma teoria e uma metodologia – Análise de Discurso - acentuando a cultura [8].

Para certos investigadores, um método ou plano de pesquisa não é uma técnica, já que técnicas são instrumentos que geram informação. Há técnicas participantes (observação «sistemática» ou «não sistemática», pretensamente enquadrada no contexto diverso do habitat do investigador) e entre outras técnicas.

Foi elaborada um guião de entrevista com questões relativas aos procedimentos de acolhimento, inclusão e abandono de instituição das crianças/jovens, com relevo para as suas interações com profissionais.

Optou-se também que os dados fossem coligidos de maneira não estruturada (sem serem, anteriormente, formuladas hipóteses ou definições) e, de acordo com Hammersley [7], recorremos a um amplo leque de entrevistas semiestruturadas, além das outras técnicas dominantes serem a observação dos contextos institucionais e a conversação informal com técnicos e educadores. A compreensão pretendida passa por uma outra cultura ou subcultura que não é a da família, justificando a observação atenta.

Por sua vez, colocámos entre aspas os extratos de textos/entrevistas, em que um "texto" pode ser oral ou escrito, fruto duma conversação entre pessoas, como quando se realizaram entrevistas de investigação. Quando se interpretam esses dados, para se conceber outro texto, trazemos certas ideias, que se juntam – inevitavelmente – nos nossos esforços de interpretação. Contudo, entre aspas sempre são colocadas palavras de interlocutores.

Acentue-se que um/a investigador/a pode considerar-se como facilitador/a de mudanças, capazes de mobilizarem a capacidade de inovação de outros, dito que seja mais fácil dizer do que fazer e, em educação, sente-se essa distância da teoria à prática. Gostaríamos de ter alcançado laços com os implicados.

A investigação qualitativa envolve então uma multiplicidade de práticas, nunca imaginável nos anos oitenta do século XX, tendo vindo a ser sentida a necessidade de as organizar, dito que sejam práticas decorrentes de diferentes modos de falar sobre um conhecimento ligado a "casos" e a condições de pesquisa qualitativa que lidam com a complexidade, a ambiguidade, as emoções e os valores implicados nas circunstâncias de trabalho selecionadas. Na atualidade, pode pretender-se integrar as práticas qualitativas por características ou critérios distintivos (de Bryman, de Hammersley, de Silverman…), nomeadamente, "vendo-se através dos olhos de adultos ou "tomar a perspetiva de outros", inclusive, "descrevendo-se os detalhes mundanos dos contextos quotidianos [em vez de condições experimentais]". Em situação institucional, "enfatiza-se um momento no tempo e o processo [dinâmico] desenvolvido", vindo aquelas crianças e jovens a sair das residências.

Pela Análise de Conteúdo a apresentar, "a investigação qualitativa, é um trabalho de proximidade e interativo, dado que exige o contacto face a face com um individuo com um grupo, ou a observação de um comportamento em contexto natural" [7]. Nesse sentido, "favorece delineamentos de investigação aberta e relativamente pouco estruturada", com base num fio condutor de questões e, sendo nelas "evitados conceitos e teorias (afeto, vinculação…), por se tratar neste lugar de fase inicial e exploratório de investigação".

A. Participantes

Foram realizadas quinze entrevistas semiestruturadas, em três Lares de Infância e Juventude (LIJs), de Braga - Portugal, de um conjunto de residências, designadas de instituição C (mista), instituição D (meninos) e instituição E (meninas). Os profissionais inquiridos tinham funções de diretores técnicos, psicólogos, assistentes sociais, educadores e voluntários. A sua experiência profissional ou de voluntariado é variável, dos dois anos aos 20 anos, sendo que a amostra é constituída por dois sujeitos do sexo masculino e treze do sexo feminino.

IV. RESULTADOS

Colocamos os resultados da análise das entrevistas em três grandes temáticas ou categorias de investigação: "vinculação", "direitos da criança" e "autonomia".

Abrangidas na categoria "vinculação", conceberam-se as seguintes subcategorias: "profissional-criança/jovem"; "papel de pares no acompanhamento"; "respeito mútuo profissional-criança/jovem"; "família-criança/jovem"; "rompimento de laços"; e "experiência (acompanhada), após a saída de LIJ de criança/jovem".

Na categoria "direitos da criança/jovem", as subcategorias criadas foram as seguintes: "individualidade" e "espaços de privacidade".

Por último, na categoria "autonomia", as subcategorias concebidas foram evidenciadas novamente nos dados alcançados (*a posteriori*): "projeto de vida"; "capacidade de realização de tarefas domésticas"; "apartamento [de autonomia]".

Perguntamos aos participantes, primeiro, como descreviam o nível de aproximação-distanciamento (implementada com regras…) entre si (técnico ou educador) e uma criança/jovem.

A psicóloga da instituição C relatou essa interação da seguinte forma, aliás, elucidada por teoria do vínculo, sem que o termo "relação segura" fosse utilizado: «fundamental, primeiro, a criação de relações seguras, [de forma] que ela [criança/jovem] perceba que não vai ser abandonada por nós.»

Num outro prisma, relativo a função de autoridade, a psicóloga da instituição D referiu que possa ocorrer algo entre "afetividade-dureza", nos seguintes termos manifestos nas suas palavras: «…afetividade, por vezes, é impor regras é, às vezes, sermos um bocadinho mais duros, mas - por outro lado - o sermos próximos, o sermos carinhosos com eles [rapazes], dedicarmos tempo com eles, porque mais que um processo de papel é a ligação física que temos com eles [de maior valor] e, isso, tentamos promover.»

Na categoria "vinculação", na subcategoria "papel de pares no acompanhamento", o diretor técnico de instituição D, contou-nos como jovens com mais anos de vida passados na residência, procedem junto dos novos colegas: «[têm a função de] apresentar a casa… apresentam [a residência] muito melhor que nós [técnicos e/ou educadores], porque falam uma linguagem próxima deles.» O profissional relatou até mesmo a forma como criam laços fortes: «é frequente vê-los aí aos abraços…».

Análoga é a opinião da psicóloga de instituição C, para quem «os laços afetivos que criam uns com os outros são fundamentais, muitas vezes, para suportar a angústia que é estar longe [de casa familiar] …» Refere sentirem-se "compreendidos pelos colegas", pois, já viveram aquela circunstância [entrada no acolhimento].

Nessa base de pensamento e experiência, os dois últimos inquiridos transitam da relação profissional para o domínio de convivência entre colegas e de nível horizontal.

Por sua vez, quando abordámos a conceção de vinculação/apego com esses adultos responsáveis, foi usado o termo de "respeito", gerando-se assim a categoria "respeito mútuo profissional-criança/jovem", como é referido pelo diretor técnico da instituição D: «eles [crianças/jovens] tratam-me pelo nome próprio. Não é 'doutor'. É assim que nos tratamos uns aos outros. Não significa que haja menos respeito, antes pelo contrário, significa que respeitam mais.» Num outro diálogo, o diretor técnico mencionaria que «[os jovens] obrigam-nos a pensar e a ser críticos connosco próprios e acho isso belo…» Manifesta o seu empenho e adesão firme ao trabalho – "belo", o apreço conferido ao juízo dos menores sobre os adultos, bem como a relação horizontal também criada, por tratamento de respeito criança/jovem-adulto.

Em paralelo, a educadora B (instituição D) salientou o valor dos limites na [arte de educar], colocado na seguinte expressão: «quando estou magoada com eles, fizeram algo que me magoou imenso, então, afasto-me um bocadinho, não é um afastamento feito de propósito…» Acrescentou serem os profissionais rigorosos, mas sem deixarem de ser carinhosos, não fugindo do que no papel de "agente educativo" coage. Mas, a marca de amizade é reconhecida, no afastamento involuntário? Um afastamento sem ser feito "de propósito"? Pretenderá dizer que todo o educador tenha que constranger outros e constranger-se, automaticamente, em momentos de se sentir magoado?

Numa subcategoria, intitulada de "família-criança/jovem", o referido diretor técnico da instituição D alegou a possibilidade, no Lar, das crianças/jovens conviverem com a família: «a família tem liberdade para virem cá.» Não deixam os menores, de certa forma e quando permitido, de ir a casa familiar, em dias festivos e fins-de-semana: «temos alguns [jovens] que vão quase todos os fins de semana a casa, sentem-se bem em casa».

De fato, são muito poucos os menores que deixam de ver os familiares. Mas quando direcionámos o diálogo para a situação categorizada/codificada de "rompimento de laços", o diretor técnico (instituição D) mencionou acontecimentos recentes como os seguintes: «infelizmente, cada vez, vemos mais gente a ficar cá [no Lar] os fins-de-semana e férias.»

Por seu lado, a psicóloga B - instituição D – deu-nos a conhecer o sentido de "sentimento de culpa" do menor, ansiedade com relação ao passado/"preocupação": «eles sentem muito a questão familiar, eles sentem culpa, sentem preocupação com o que se passa em casa, eles estão cá, mas a cabeça muitas das vezes está noutro sítio [que é o pai, a mãe, a irmã…].»

Também foi referida a limitada esperança sobre a implementação de uma intervenção eficiente nas competências parentais, alegada a limitação de recursos humanos. Se existisse essa interação, aumentariam as possibilidades de saída da instituição, reduzindo-se assim os anos de institucionalização, que tendem a estender-se até a idade adulta.

Por seu lado, evidenciou-se que não terminam, durante os períodos críticos, na infância e adolescência, os relacionamentos apropriados por parte dos técnicos/educadores com menores, de forma a tornarem-se estes mais independentes. Os adultos têm a noção de que não estão a "substituir" os pais, como foi indicado pela educadora B da instituição D, se bem que clarificando que, em certas situações, ela sinta o contrário: «um ou outro [bebé] vinham com chupeta e eu fui vendo crescer [o bebé] e a minha relação é muito, muito próxima…».

Consequentemente, era apercebida a pertinência em se saber se as interações singulares continuariam a ser conservadas, depois de um tempo na "casa protetora" – subcategoria "experiência (acompanhada), após a saída de criança/jovem".

Relativamente à instituição D, o diretor referiu o seguinte, muito esclarecedor: «estou convidado para ir ao casamento de outro [jovem] que casa agora, no mês de agosto, eu e outros colegas meus que trabalham [no LIJ]…»

De modo paralelo, a psicóloga da mesma instituição (D) declarou que no Lar tentam «fazer uma ligação… de telefonar, perceber como eles estão… se está 'tudo bem'… mas nem precisamos de fazer tanto isso [como simplesmente telefonar], porque de uma forma espontânea eles aparecem [na residência].» Salienta-se, também, que há os que saem "em rutura" com a residência, segundo a diretora da instituição E. Depois de um tempo de fuga, os jovens voltam, abrangida a

maioridade, para buscar os seus pertences. Outros menores, naturalmente, são transferidos para uma instituição, próxima da família.

Tornou-se sensível, ao longo da investigação, valorizar a "experiência de institucionalização", por parte de duas animadoras socioeducativas, particularmente uma, através da convivência muito prolongada com os jovens, acompanhando o seu viver em conjunto: «…cresci a ver esta realidade, a receber miúdos destes em [minha] casa.» A outra animadora, pelo facto de ter sido integrada, em criança naquele LIJ, por decisão de Tribunal de Família, foi levada a dizer-nos o seguinte, sem que tivesse sido questionado: «…como também já fui uma jovem que também foi institucionalizada, também percebo um pouco mais as outras pessoas.»

Foi após essa apreensão ouvida – perceber o *outro*, que se realizou a construção (que é humana, social e legal) da noção de "deveres e direitos", realçada na categoria "direitos da criança/jovem".

O/as entrevistado/as assinalaram o valor conferido à "individualidade", algo organizado, dentro da instituição, citado pela psicóloga da instituição D, nas seguintes palavras consideradas elucidativas: «tentar personalizar o tipo de mecanismos e procedimentos tendo em conta a especificidade de cada um [dos muitos menores].»

Noutra ocasião, a opinião divergiu no entendimento mais exteriorizado do problema: «Não! Não acho! [que os Lares de Infância e Juventude estejam preparados para a individualidade de cada criança] Com muita pena minha, porque eu acho que o risco de viver numa instituição, e em grupo, é que muitas vezes, nos esquecemos, que as necessidades de um [rapaz] não são as do outro [rapaz].»

Uma outra técnica, psicóloga na instituição C, justificou-o, em separado, numa alusão ao ritmo pessoal no tempo de estudo requerido e ao uso de roupa que é usada por vários menores, sem atenção ao gosto pessoal, conforme padrões modernos e especiais: «Se calhar, há miúdos que precisam de uma hora para estudar, outros precisam de uma hora e meia, mas o tempo que é estabelecido é para todos é, as vezes, [o mesmo]. Em coisas muito pequeninas [não há individualidade], como a própria roupa que é passada de uns para os outros, porque nós não podemos ter um guarda-roupa especial para cada um dos miúdos.»

Na sua vez, a animadora A, do Lar D, comentou a "falta de verbas" como um impedimento para a melhoria da instituição: «acho que ainda há muito para fazer, muito a evoluir… às vezes, não depende só dos Lares, depende da relação dos Lares com entidades competentes [como o Instituto de Segurança Social].»

Em relação à subcategoria "espaços de privacidade", o voluntário da instituição C afirmou o seguinte: «penso que as crianças têm aquele Lar - como casa deles - e há certos espaços que são só deles. Os quartos, por exemplo, pertencem a dois ou três…»

Correntemente pensado, foi mencionado pelo diretor da instituição D, que a divisão de espaços pode ser entendida razoável, para a privacidade dos jovens, mas por alusão a espaços comuns em que os jovens podem estar juntos e sem adultos: «[a residência] tem uma sala multimédia, tem um salão de jogos, tem espaços onde podem… e nestes espaços pode ser trabalhado a individualidade, a privacidade de cada um deles».

Essa conceção de todos e cada um com outros foi fortalecido em separado pela voz da psicóloga da mesma instituição D: «é [intenção] procurar criar vários sítios em que possam sentir-se mais à vontade, de acordo com as especificidades de cada um.» Mas também elucidou que o quarto, muitas vezes, seja apenas para dormir.

Na categoria "autonomia", criámos a subcategoria "projeto de vida", em que a psicóloga de instituição A ressaltou o seguinte: «tentamos sempre promover o nosso 'projeto educativo', que fala [estando escrito] da questão de educar com afetividade para a autonomia.»

O diretor da mesma instituição (A) salientou estarem a "educar para a autonomia com afetividade"

As palavras utilizadas são muitas vezes escritas nos projetos educativos nacionais e repetem-se.

Por último, tanto para os inquiridos da instituição A, como possivelmente para outros, é entendido significativo que os jovens conheçam e pratiquem atividades e tarefas (da vida diária/domésticas), no quotidiano exigente. Para tal efeito, possuem um apartamento "para a autonomia", em que os jovens passam os últimos anos de institucionalização. Mas numa outra instituição (E), o apartamento encontra-se sem préstimo, pois, a idade das jovens e a sua maturidade não facultam a sua abertura. Não obstante, pretende-se educar em "atividades da vida diária", as tarefas sendo praticadas, mas dentro da residência, chegando a ser mencionado, por uma das educadoras, a "necessidade de [terem] uma cozinha", para além do refeitório, para ser ensinada a confeção de refeições.

V. CONCLUSÕES

Crianças e adolescentes institucionalizado/as em LIJs experimentaram um modo inadequado de (com)viver, em família, o que se designa de "modelo de privação" (pobreza, rutura familiar, traumatismo físico ou psíquico, ausência procedimento ético ou moral, ausência ou ambivalência de autoridade…). Foram esses menores sujeitos a limites familiares inadequados - punitivos e de hostilidade (ou evitamento e/ou abandono), de negligência, de inconsistência/precariedade no afeto [2].

Por vinculação, a criação de laços de afeto é referida como uma "necessidade primária", básica, o que foi evidenciado nas narrativas do/as pessoas inquiridas. São concebidas (ou desejadas) relações de reciprocidade com as crianças/jovens, sendo que numa das instituições seja salientado e usado o vínculo como o primeiro passo para que os menores alcancem, mais tarde, autonomia pessoal, ao longo da vida adulta.

Sublinha-se que o profissional retrata-se a si próprio como uma "pessoa de referência", como um cuidador (pró-ativo).

Ficou também esclarecido que os laços afetivos podem durar depois da saída da criança/jovem, o que nem sempre acontece, por vários motivos como a "necessidade" de esquecimento do passado marcado, o afastamento do lugar geográfico, a vontade de ser "independente".

Admite-se que as instituições procurem aperfeiçoar os seus espaços de relação - para que haja uma maior privacidade para a criança/jovem (?), tendo os quartos espaço para 3 camas e tendo os espaços partilhados pelo grande grupo as atividades lúdicas comuns (matraquilhos, computadores, zonas de futebol…).

Existe um reconhecimento e valorização da individualidade de menores. Fica revalorizada a importância da família, aliás, na região Norte de Portugal muito acentuada no número de membros e partilha de refeições, em particular, em domingos e em festas celebradas.

Mas para o trabalho familiar e sistémico, a realizar por profissionais, é-nos dito ser necessário um maior número de técnicos/educadores, somente então possível e executável a intervenção efetiva junto de progenitores e outros. Sabe-se que existem crianças/jovens que atingem a maioridade jurídica, enquanto vivem nos LIJ's, particularmente, devido a falha de atendimento junto de pais, outros familiares e pessoas "idóneas". Os mais novos passam anos nos Lares, como foi dito, sendo hoje exigido criar-se e executar-se um plano de atividade em formação de competências parentais.

As expectativas relativamente à criação de locais para crianças/jovens terem a sua voz atendida apoiam o impulso à sua autonomia, nos lares de acolhimento.

Mostra-se oportuno acentuar que as equipas técnicas e educativas tenham um papel preponderante na vida dos meninos e meninas de que cuidam, diariamente, na medida em que sejam, de facto, pessoas significativas, com valor realçado na ternura e autoridade. Com essa postura afetuosa e pró-ativa, crianças tomarão melhores decisões sobre as suas vidas, com melhores intimidades, sinais de confiança no adulto, discernimento aplicado, em comum, concretizando-se, assim, mais tarde, a opinião própria na construção de "projeto de vida".

Exclusivamente através da criação de laços de partilha e comunicação técnico/educador-criança se concebe um sentimento de pertença ao Lar de Todos e haverá entusiasmo para a criança/jovem "sonhar" com o seu futuro, minorando o estigma (emocional, social e cultural) que ainda existe do acolhimento, por exigência do sistema jurídico. É pertinente continuar a destacar que, na medida em que a apreciação sobre uma pessoa seja "negativa", essa pessoa é estigmatizada, um fenómeno psicológico (na área emocional) e uma marca cultural, no padrão em que é retratado e continuado na região Norte de Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] Bardin, *Análise de conteúdo*. Ed.5. Lisboa: Edições 70. 2008.

[2] Brazelton, T. B. & Greenspan, S.I *As necessidades essenciais das crianças: O que toda a criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver*. S. Paulo: ArtMed. 2002.

[3] Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. *Research methods in education*. Ed. 6. London: Routledge. 2008.

[4] Gomes, C. *Acreditar no futuro*. Alfragide: Textos Editores. 2010

[5] Papalia, D, Olds, S., & Feldman, R. (). *O mundo da criança*. Ed.8 Lisboa: LinkMacGraw-Hill. 2001

[6] Pinhel, J. Torres, N. Maia , J. Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Anál. Psic*., vol.4 (XXVII). pp. 509-521. Out.2009.

[7] Silverman, D. *Interpreting qualitative data: Methods for analysing talk, text and interaction*. London: Sage. 1993.

[8] Tesch, R. *Qualitative research: Analysis types and software tools.* Bristol: The Falmer Press. 1999.

[9] Tinoco, V. & Franco, M. O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos de Psicologia*, vol.*28* (4), pp. 427-434. Out-Dec. 2011.